

Contabilidade Ambiental: a redefinição de um perfil profissional

Stela Aparecida Damas da Silveira ¹

Ana Hilda Carvalho de Souza ²

Resumo

A educação superior brasileira está repleta de desafios contemporâneos. Os problemas sociais, mais do que nunca, refletem diretamente na expectativa da sociedade sobre os profissionais formados na universidade. Discussões sócio-ambientais tornaram-se imprescindíveis na academia e trouxeram consigo o surgimento de diferentes abordagens sobre estas questões. A contabilidade ambiental é uma delas. Trata-se de um tema que exige o desenvolvimento da ética e da responsabilidade social no processo de formação do profissional da contabilidade.

Palavras chaves: Contabilidade Ambiental – Ensino Superior – Ética – Responsabilidade Social.

Abstract

The Brazilian Education is filled with contemporary challenges. The social problems, more than ever, directly reflect the expectation of society on professional trained in the university. Discussions socio-environmental become indispensable in academic and brought with it the emergence of different approaches on these issues. The environmental accounting is one of them. This is a subject that requires the development of ethics and social responsibility in the process of formation of the professional accounting.

key – words: Accounting Environmental - Brazilian Education – Ethics - Social Responsibility.

¹ Pedagoga (UFPR), Especialista em Psicopedagogia (Universidade Tuiuti do PR), Metodologia do Ensino (IBPEX – PR) e em Educação Infantil (PUC-PR), Mestranda em Economia (UFRGS-UFRR). Coordenadora de Avaliação Institucional da Faculdades Cathedral – RR e Secretária Municipal de Educação e Cultura em Boa Vista – RR.

² Matemática (UFRR), Especialista em Supervisão Escolar (UFRJ), Mestranda em Economia (UFRGS- UFRR). Formadora do Projeto de Capacitação para Professores – GESTAR / SECD/RR.

A educação superior brasileira está repleta de desafios contemporâneos. Os problemas sociais, mais do que nunca, refletem diretamente na expectativa da sociedade sobre os profissionais formados na universidade.

Estamos vivendo num mundo cheio de mudanças, algumas inimagináveis até bem pouco tempo atrás. Mudanças econômicas e sociais, que quebram paradigmas e buscam uma solução para a melhoria da condição de vida das pessoas.

Dentre muitas dessas mudanças, podemos citar: o estabelecimento de um regime democrático mais participativo, a repercussão acerca dos direitos humanos, a comunicação em rede estabelecida entre as regiões e países, a evolução da tecnologia e, sobretudo, as mudanças sociais que permeiam o campo das idéias e ideais.

Justamente devido a este avanço de mentalidade é que se tornaram mais discutidas as desigualdades sociais e as diferenças de oportunidades e condições para uma vida mais digna para a grande maioria da população. Vivemos num conflito social enorme, onde precisamos urgentemente viabilizar políticas sociais e estratégias para o desenvolvimento.

Sen (2000), em sua teoria que defende o desenvolvimento como liberdade, fala dessas questões:

Existem problemas novos convivendo com os antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fomes crônicas muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser encontradas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres. Superar esses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento. (2000, p. 9-10).

Para o atendimento desta demanda, a educação assume um papel de relevante importância, e o ensino superior representa a garantia deste processo de desenvolvimento. Fazendo uma análise histórica, sabemos que ensino superior está, aos poucos, se adequando e repensando seu papel, fazendo propostas de atividades de cunho tecnológico e científico, que atendam de maneira emergencial às questões sociais mais urgentes. Para atender este apelo social, as instituições precisam essencialmente renovar seus conteúdos. Renovar conteúdos acadêmicos, capacitar professores e reconstruir o perfil dos discentes, são ações que contribuem para a adequação à esta realidade. Não basta mais a reprodução dos conteúdos, é necessário que o acadêmico conheça sua realidade social e subsidiado pelo conhecimento científico construído na academia, através de uma formação adequada, tenha capacidade para

tomada de atitude diante da realidade atual. Para que isto aconteça, faz-se necessário repensar todo o processo de formação acadêmica.

As mudanças no processo de formação, que constroem a mudança de atitude dos profissionais, devem levar em conta o meio sócio-econômico e o processo de desenvolvimento do país, sem perder de vista os valores éticos. Cada vez mais, a relação entre produtividade e padrão de vida das pessoas deve ser considerado. Portanto, às instituições de ensino superior cabe a tarefa de produzir bens e serviços adequados com qualidade, que possam contribuir no esperado desenvolvimento econômico e social, com objetivo de influenciar positivamente a vida das pessoas. O economista N. Gregory Mankiw, aborda com muita clareza como a economia funciona:

A relação entre produtividade e padrão de vida também traz implicações profundas para a política pública. Quando se pensa sobre como alguma política afetará os padrões de vida, a questão-chave é como ela afetará nossa capacidade de produzir bens e serviços. Para elevar os padrões de vida, os formuladores de políticas precisam elevar a produtividade garantindo que os trabalhadores tenham uma boa educação, disponham das ferramentas de que precisam para produzir bens e serviços e tenham acesso à melhor tecnologia disponível (2007, p. 13).

Neste contexto, é possível perceber as implicações das relações econômicas no processo educativo. Fica evidente o conceito que se estabelece entre produtividade de bens e serviços e a consciência crítica que deve ser desenvolvida nos cursos de formação acadêmica. Não basta o conhecimento científico sistematizado, é necessário desenvolver nos acadêmicos a empatia, a responsabilidade e a sensibilidade, para que os indivíduos em formação possam fazer a leitura dos aspectos econômicos e sociais do seu entorno.

Porém, sabemos que mudanças na área da educação correspondem a um processo gradual, que envolve a conscientização de todas as pessoas: comunidade acadêmica e em geral. Mudanças educacionais são possíveis, mas representam quebra de paradigmas historicamente construídos.

Mudanças acadêmicas perpassam pela superação do conceito de que ao ensino superior compete somente o acesso ao conhecimento científico historicamente construído, para o conceito de que é função do ensino superior contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A consolidação destas mudanças de conceitos representam um grande avanço social para o nosso país.

Pimenta (2002) apresenta algumas pistas neste sentido e evidencia a importância deste processo:

A educação é um processo de humanização. Ou seja, é processo pelo qual se possibilita que os seres humanos se inspirem na sociedade humana, historicamente construída e em construção. Sociedade que é rica em avanços civilizatórios e, em decorrência, apresenta imensos problemas de desigualdade social, econômica e cultural. De valores. De finalidades. A tarefa da educação é inserir as crianças e os jovens tanto no avanço civilizatório, para que dele usufruam, como na problemática do mundo de hoje, por intermédio da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidades e atitudes. Portanto, sua tarefa é garantir que se apropriem do instrumental científico, técnico, tecnológico, de pensamento, político, social e econômico, de desenvolvimento cultural, para que sejam capazes de pensar e gerar soluções (2002, p.97).

Este processo de humanização na educação pressupõe mudanças, pois a educação superior sempre foi reconhecida pela sua capacidade de formação técnica. Foram séculos de construção de um ensino tradicional, que promovia a repetição das idéias, desprezando a contextualização dos conteúdos. Portanto, o processo de mudança, necessário nos dias atuais, padece de lentidão e às vezes, até mesmo de negação.

Lukesi (2003), nos faz refletir acerca de muitas instituições de ensino superior que ainda negam a necessidade da atualização e estão fechadas para esta realidade:

Há ainda os que primam pela difusão da técnica enquanto técnica: há quase um culto à técnica. Segue-se o princípio de que, sendo tecnicamente possível, algo deve ser feito. O técnico seria bom porque é técnico. Evita-se, propositalmente, a discussão de valores que, necessariamente, são subjacentes a toda a técnica. (2003, p.214).

Nesse mesmo sentido, Teixeira apud Lukesi (2003) complementa:

Universidade brasileira, além de preparar profissionais para as carreiras liberais e técnicas que exigem uma formação de nível superior, o que tem havido é uma preocupação muito fluída com a iniciação do estudante na vida intelectual. Daí poder-se afirmar que, ressaltando o aspecto habilitação profissional, a universidade brasileira não logrou constituir-se verdadeiramente como uma instituição de pesquisa e transmissora de uma cultura comum nacional, nem logrou se tornar um centro de consciência crítica e de pensamento criador (2003, p. 235-6).

Portanto, construir novos paradigmas educacionais é um desafio que está posto para a sociedade atual. Trata-se de preparar o profissional para um trabalho intelectual elaborado. Neste paradoxo educacional, entre o novo e o tradicional processo acadêmico, tem surgido algumas novas temáticas educacionais e em alguns casos, novos desmembramentos ou agregações à formação acadêmica de alguns profissionais. Este fato tem contribuído para uma formação acadêmica e humana mais abrangente, bem como apresentado maiores possibilidades de atendimentos às questões prementes da sociedade atual.

Dentre outros problemas, muitas das questões sociais de hoje estão ligadas ao meio ambiente. O crescimento das cidades, o excesso de lixo e poluentes, a falta de emprego, a

fome, a violência, o desmatamento, a exploração de recursos naturais, entre outros temas, têm representado os principais males da humanidade e todos eles, estão relacionados com as questões ambientais.

O uso inadequado dos recursos do meio ambiente e a crença de que seriam inesgotáveis, trouxe ao homem sérios problemas para a sua sobrevivência, reportando a humanidade a um papel decisivo: ou aprendemos a utilizá-los de maneira sustentável ou eles se extinguirão.

Essa inadiável tomada de decisão passa necessariamente pela educação, pois o ritmo e o modo como a ação humana age sobre o meio ambiente, pode ser disciplinado. Somente pela educação e que será possível construir uma consciência de preservação e de desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, a educação ambiental pode e deve estar presente em todos os cursos de formação, em especial nos superiores, onde a reflexão crítica deve ser mais elaborada. Há dispositivos legais para a agregação do tema meio ambiente em todos os segmentos da educação. A legislação educacional já fala da obrigatoriedade da abordagem da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino. As contemporâneas idéias em Educação Ambiental, estão estabelecidas em legislação:

A Lei 9.795/99 estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, respeitando em suas diretrizes nacionais aquelas a serem complementadas discricionariamente pelos estabelecimentos de ensino (artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases Nacional) com uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais, conforme preceitua o princípio citado no 4, inciso VII da Lei 9.795/99, que valoriza a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais, e o artigo 8, incisos IV e V que incentivam a busca de alternativas curriculares e metodológicas na capacitação na área ambiental e as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo (1999, p.8).

Segundo o documento oficial da Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, nos dados do Censo da Educação Básica, existiam, em 2001, cerca de 25,3 milhões de crianças matriculadas com acesso à Educação Ambiental. Em 2004, este total subiu para 32,3 milhões. Nesse período, a taxa de crescimento do número de escolas que oferecem Educação Ambiental foi de 28%. Assim, podemos concluir que a Educação Ambiental cada vez se consolida mais como política pública no ensino formal. E isto ocorre em decorrência da exigência e da mobilização social.

Porém, é indiscutível a importância desta consolidação também no ensino superior, pois é neste segmento que se estabelecem definitivamente os ideais dos formadores de opinião. Pedrini (1997), destaca o papel do ensino superior nesta trajetória sócio-ambiental:

Há várias razões para enfatizar esse papel: primeiro, porque acumula as funções de ensino, pesquisa, extensão e consultoria, o que a torna responsável pela formação do cidadão-profissional, que vai atuar no mercado de trabalho; na escola, como professor; na comunidade, como extensionista e nas empresas públicas, privadas etc..., como consultor (1997, p. 240-241).

Devido a esta responsabilidade é que a discussão das questões sobre o meio ambiente, tornam-se inevitáveis e trouxeram consigo o surgimento de áreas do conhecimento que se especializaram neste tema. A Contabilidade Ambiental é uma delas. Profissões, como a da Contabilidade, que tinham um caráter pragmático, estão agora envolvidas num grande desafio: formar profissionais capazes de conscientizar as pessoas que estão no “mundo dos negócios” de que é possível obter lucros e pensar na sobrevivência das gerações futuras ao mesmo tempo.

Kraemer (2006) traz à tona o conceito de Contabilidade Ambiental e explicita sua responsabilidade:

A Contabilidade Ambiental é o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhora periódica de tais procedimentos (2006, p. 2).

Portanto, o contador ambiental passa a ter um papel decisivo no encaminhamento das causas ambientais da empresa. Este profissional deve ter o entendimento de que a preservação do meio ambiente, necessariamente deverá estar incorporada aos objetivos econômicos das empresas, pois existe uma enorme expectativa social na adoção de políticas de controle, preservação e recuperação ambiental pelas empresas, e as que assim não o fizerem têm grandes chances, gradualmente, de perder espaço no mercado.

Na obra Introdução à Economia, Mankiw (2007), explica os dez princípios de economia. O primeiro princípio fala do *tradeoffs*, que representam as situações de escolhas conflitantes. Podemos relacionar este conceito ao meio ambiente e a necessidade da tomada de decisão por parte das empresas. Trata-se de uma escolha conflitante, porém, necessária para processo de amadurecimento de tomada de decisão dos empresários acerca das questões ambientais:

As leis que exigem que as empresas reduzam a poluição elevam o custo de produção de bens e serviços. Devido aos custos mais elevados, essas empresas acabam obtendo lucros menores pagando salários menores, cobrando preços mais elevados ou fazendo alguma combinação dessas três coisas. Assim, embora a regulamentação antipoluição nos proporcionem o benefício de um meio ambiente com menos poluição e a melhor saúde que dele decorre, eles trazem consigo o custo da redução de renda dos proprietários das empresas, trabalhadores e clientes (MANKIWI, 2007, p. 5).

Preparar o profissional da contabilidade para contribuir positivamente neste processo de tomada de decisão, é inegável a importância de uma formação mais abrangente ao acadêmico, para que se fortaleça no mundo do trabalho um profissional da contabilidade ambiental, com conhecimentos específicos, que seja capaz de conscientizar a empresa do valor social do seu trabalho, que está implícito neste processo. Assim, é adequado concluirmos que é necessário uma formação acadêmica crítica e específica, relacionada às questões sócio – ambientais, mais consciente nos bancos universitários.

O contador ambiental deverá estar preparado para o diálogo com a sociedade e para as novas maneiras de abordagens aos empresários, instituições e sociedade. Deverá assumir um papel educativo, de quem conscientiza, diz o que deve ser feito e demonstra como fazê-lo, com êxito, levando em conta todo este novo contexto, pois assim, estará atendendo ao próprio mercado de trabalho que deverá privilegiar os profissionais que demonstram a responsabilidade ambiental.

A responsabilidade ambiental está estritamente relacionada com a ética e a responsabilidade social que representam hoje um marco da modernidade. Cada vez mais, as empresas são valorizadas pelo respeito que demonstram ter pelas pessoas, pela valorização da individualidade, às diferentes culturas, às diversidades e sobretudo ao meio ambiente.

Falar da ética e da responsabilidade social é falar num ser humano melhor. Somente através de uma educação mais humanizadora é que será possível atingir esses valores. Trasferetti (2006), explica a dimensão deste processo:

O princípio fundamental que constitui a ética é: o outro é um sujeito de direitos e sua vida deve ser digna tanto quanto a nossa deve ser. O fundamento dos direitos e da dignidade do outro é a sua própria vida e a sua liberdade (possibilidade) de viver plenamente. As obrigações éticas da convivência humana devem pautar-se não apenas por aquilo que já temos, já realizamos, já somos, mas também por tudo aquilo que poderemos vir a ter, a realizar a ser. As nossas possibilidades de ser são parte de nossos direitos e de nossos deveres (2006, p. 28).

Analisando este conceito, podemos perceber a necessidade da readequação curricular necessária para que o trabalho de formação do profissional da contabilidade ambiental esteja adequado à expectativa do trabalho social proposto. Portanto, este é grande o desafio.

Fazendo uma leitura crítica do código de ética do profissional da contabilidade, podemos identificar alguns princípios norteadores que contribuem para a conscientização que a questão ambiental requer. Lisboa já enfatizava que: “O contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. Não basta, assim, a preparação técnica, por melhor que ela seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa” (1997, p.61).

O código de ética do profissional contador conduz o mesmo a assumir a responsabilidade pela comunicação entre a empresa e a sociedade, propondo desta maneira que os demonstrativos contábeis e as medidas adotadas, bem como, os resultados alcançados no processo de preservação do meio ambiente, sejam transparentes. É importante evidenciar investimentos para minimizar possíveis agressões ao meio ambiente, em relatórios de ativos e passivos ambientais, sem perder de vista a finalidade social proposta.

Entendemos que as orientações do código de ética do profissional da contabilidade só será efetivamente respeitado, quando o processo de formação acadêmica deste profissional focar as questões sociais e ambientais e promover a sensibilidade e o desenvolvimento de um comportamento ético nos seus acadêmicos. A ética profissional é permeada por um processo sério de formação humana.

Com relação a ética e meio ambiente, Sen (2000), explica:

A necessidade de ir além das regras de mercado tem sido muito discutida recentemente no contexto da proteção do meio ambiente. Tem havido algumas providências – e muitas propostas – para a regulamentação e provisão governamental de incentivos apropriados por meio de impostos e subsídios. Mas existe também a questão do comportamento ético, relacionada às normas que favorecem o meio ambiente. Esta questão enquadra-se com perfeição no tipo de considerações amplamente discutidas por Adam Smith em Teoria dos sentimentos morais, embora a questão do meio ambiente não fosse um problema específico em destaque naquela época (nem um problema ao qual Smith tenha dado explicitamente grande atenção). (2000, p. 305)

Defendemos que o processo de formação acadêmica do contador poderá ser repensado, redefinido, com enfoques mais específicos em tópicos como meio ambiente, responsabilidade social e ética, com análises contextuais bem elaboradas. É possível ensinar o contador a fazer a leitura do social. Olhar com olhos mais humanizadores para a sociedade, é um exercício possível de ser desenvolvido nos cursos de formação. Trabalhar a capacidade de

argumentação e desenvolver a capacidade de convencer os empresários de que este novo olhar poderá representar a condição de melhores lucros e de crescimento da imagem positiva das empresas, também representa um objetivo possível de ser alcançado.

Porém é necessário perceber que é preciso trabalhar de maneira diferente com o profissional, que a princípio estava melhor preparado para o trabalho burocrático, rodeado pelos números e que deverá agora assumir uma formação crítica, reflexiva, com o desenvolvimento das capacidade de oratória e do convencimento. O profissional da contabilidade ambiental deverá assumir o papel de um educador dentro da empresa, um gestor de políticas públicas ambientais.

Incorporar o conhecimento acerca das questões ambientais e transformá-lo em instrumento para a melhoria da prática profissional é um grande desafio, pois os estudos acerca do meio ambiente, envolvem diferentes áreas do conhecimento.

A integração das diversas áreas do conhecimento com as questões sócio – ambientais é o meio mais eficaz para melhoria da qualidade do trabalho desenvolvida pelos contadores. Portanto, as instituições de ensino superior, deverão, mais do que nunca incorporar as práticas pedagógicas interdisciplinares neste processo de formação acadêmica do contador ambiental.

A atitude interdisciplinar nas instituições de ensino superior ainda é tímida portanto, neste sentido, podemos pensar na dificuldade de inovação acadêmica e na possibilidade de uma construção profissional gradual.

Fazenda (1994), explica bem este conceito que envolve a atitude interdisciplinar que inclui alunos e os professores na academia:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante e alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os fatos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar, novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidos, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida (1994, p. 82).

Essa organização interdisciplinar do trabalho docente na academia é necessária e pode assumir uma importância central na construção do profissional da contabilidade ambiental. Os cursos de formação deverão ser os primeiros elementos da mudança, pois só através deles é que será possível a mudança da prática do contador. Na perspectiva pedagógica este é um

trabalho sistêmico, pois envolve inclusive o processo de formação continuada dos docentes do ensino superior.

Deverá sim, o professor preparar-se para a nova abordagem dos conteúdos a serem ministrados, bem como, atualizarem-se acerca das mudanças nos projetos pedagógicos de curso. Percebemos assim, o quanto a temática do meio ambiente nos cursos de contabilidade estão estritamente relacionadas à evolução da educação como um todo. Este novo conceito da contabilidade está correlacionado com o processo de transição que vive a educação brasileira, buscando acompanhar as mudanças sociais. Neste sentido, Freire (1979) fala da inserção pedagógica ao mundo real:

Mudança e estabilidade resultam ambas da ação, do trabalho que o homem exerce sobre o mundo. Como um ser de práxis, o homem, ao responder aos desafios que partem do mundo, cria seu mundo: o mundo histórico-cultural. O mundo de acontecimentos, de valores, de idéias, de instituições. Mundo da linguagem, dos sinais, dos significados, dos símbolos (1979, p. 46).

Masetto (1998) alerta sobre a importância da discussão pedagógica nas academias sobre os novos enfoques dos conteúdos e dos perfis profissionais e fala das possíveis conseqüências de uma omissão institucional neste sentido:

Se a universidade ao reagir e tomar para si o aprofundamento das questões teóricas que hoje podem ajudar a entender a prática que vêm desenvolvendo, certamente continuará sujeita, por um lado, à deslegitimação pela obsolescência de suas propostas curriculares e, por outro, à perda de seu histórico papel intelectual, pela substituição da sua capacidade crítica (1998, p.36).

Ainda são lentas as mudanças acadêmicas. Porém, são emergenciais, pois através dessa tomada de posição nos cursos de formação para contadores, é que efetivamente o paradigma do contador que “só faz contas” será rompido e se formará a consciência de um novo profissional: comprometido com o meio ambiente e com a qualidade de vida do planeta e das pessoas.

As pessoas do meio empresarial precisam ser alertadas pelos profissionais da contabilidade ambiental, sobre a tendência atual de mercado, que retrata um consumidor mais consciente. Já é possível visualizar uma postura mais comprometida do cidadão-cliente, que é mais responsável em seu consumo. Está nascendo um sentimento de responsabilidade social das pessoas, umas sobre às outras.

O novo processo pedagógico de educação ambiental, que é interdisciplinar, contribui para esta conscientização, o que a médio e longo prazo facilitará muito mais este comportamento ecologicamente correto nas grandes empresas. Cabe, neste momento, cada profissional da contabilidade, independente da sua formação acadêmica (mais tradicional ou contemporânea), traçar suas metas de contribuição ao planeta. Este é um trabalho individual e coletivo. Depende de cada um e de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAZENDA, Ivani Catariana Arantes. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa.** Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico (p.82). Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Coleção Educação e Comunicação vol.1 (p. 46). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LISBOA, Lázaro Plácido; MARTINS, Eliseu. **Ética geral e profissional em contabilidade.** Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuais e Financeiras. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1997.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Fazer universidade: Uma proposta metodológica.** 13.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MANIKW, N. Gregory. **Introdução à economia.** Tradução Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MASETTO, Marcos Tarciso. **Docência na universidade.** Coleção Práxis.Campinas-SP: Papyrus, 1998.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Educação para a Diversidade e Cidadania. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** MEC (1999).
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental – Reflexões e práticas contemporâneas.** 5 edição. Petrópolis, RJ:Editora Vozes, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** Coleção . Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2002.
- PINTO, Marcos de Oliveira. **A Ciência Contábil inserida no contexto ambiental.** Pensar Contábil, v.8, n.31, p.27-30. Rio de Janeiro, fev./mar.2006.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade** - Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TRASFERETTI, José. **Ética e responsabilidade social.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2006.